

O Idioma Ambiental e a Promoção de Caminhadas na Natureza: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná*

Environmental Language and Hiking Promotion: ethnography of a rural tourism policy in Vale do Ivaí, State of Paraná

El Lenguaje Ambiental y la Promoción de Caminatas en la Naturaleza: etnografía de una política de turismo rural en el Vale do Ivaí, Paraná

Rodrigo Toniol** e Carlos Alberto Steil***

RESUMO

Este artigo tem como foco de interesse empírico a promoção de caminhadas na natureza como política pública no Estado do Paraná, Brasil. A partir deste contexto, investigou-se o modo pelo qual esta ação está relacionada com uma série de transformações mais amplas que têm contribuído para tornar a questão ambiental uma espécie de idioma não restrito ao âmbito ecológico, mas capaz de operar como paradigma moral, ético e estético. Neste sentido, interessam tanto os processos de institucionalização da questão ambiental, como sua acomodação em contextos de relações específicos. Para tanto, privilegiamos as ações estatais e sua capacidade de articular projetos de desenvolvimento econômico, ecologia, agricultura familiar e turismo na promoção das caminhadas.

Palavras-chave: Caminhadas na Natureza. Ambientalização. Paisagem. Corpo.

* Este artigo decorre da contribuição de Rodrigo Toniol ao grupo de pesquisa SobreNaturezas, coordenado por Carlos Alberto Steil (UFRGS) e Isabel Carvalho (PUC-RS) e financiado pelo CNPq. Ao longo do texto a flexão verbal varia entre a primeira e terceira pessoa, por conta da participação de Carlos Alberto Steil em apenas algumas experiências de campo e entrevistas citadas, enquanto Rodrigo Toniol participou de todas as idas a campo e entrevistas. Assim, a primeira pessoa do singular, usada no texto, refere-se sempre à experiência de Rodrigo Toniol.

** Doutorando em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Pesquisador associado ao Núcleo de Estudos da Religião (NER-UFRGS) e ao Grupo de Pesquisa Interdisciplinar SobreNaturezas (PUC/RS e UFRGS). Email: rodrigo.toniol@gmail.com

*** Doutor em Antropologia Social pelo Museu Nacional/UFRJ, pós-doutor pela Universidade da Califórnia, San Diego, EUA. Professor do Departamento de Antropologia na UFRGS. Pesquisador do CNPq, coordenador do Núcleo de Cultura e Turismo (Cultus) e membro do Núcleo de Estudos da Religião (NER-UFRGS). E-mail: steil.carlosalberto@gmail.com

Artigo recebido em abril/2011 e aceito para publicação em maio/2012.

ABSTRACT

This research focuses empirically on the promotion of hiking events as Paraná state's public policy. In this context, we have investigated the way in which the state's action is related to a range of broader changes that have contributed to turn the environmental issue into a sort of language that is not restricted to the ecological realm, but is instead capable of functioning as a moral, ethic and aesthetic paradigm. In this sense, we are interested in both the institutionalization of environmental issues and in their accommodation with specific contexts of social relations. We have also examined state actions and their ability to coordinate economic development, ecology, family farming and tourism while promoting hiking events.

Keywords: Hiking. Environmentalization. Landscape. Body.

RESUMEN

Este artículo tiene como interés empírico la promoción de caminatas en la naturaleza como política pública en el Estado del Paraná, Brasil. A partir de este contexto, se investigó la forma por la cual esta acción se relaciona con una serie más amplia de cambios que han contribuido para hacer de las cuestiones ambientales un tipo de idioma que no se limite a los campos de la ecología, sino funcione como un paradigma moral, ético y estético. En este sentido, estamos interesados en los procesos de institucionalización de las preocupaciones ambientales, tales como su alojamiento en contextos de relaciones específicas. Para tanto, privilegiamos la acción del Estado y su capacidad de coordinar proyectos de desarrollo económico, la ecología, la agricultura familiar y el turismo en la promoción de caminatas.

Palabras clave: Caminatas en la naturaleza. Ambientalización. Paisaje. Cuerpo.

INTRODUÇÃO

Da varanda de sua casa, na parte mais alta da fazenda, Seu Ivo e Dona Maria observavam admirados a fila indiana de 800 pessoas que cortava seus campos de trigo. A desconfiança de que ninguém sairia de casa em um domingo de manhã para caminhar no mato transformou-se em dúvida inquietante sintetizada por Dona Maria, que, sem dirigir a pergunta a ninguém, dizia: “Eu olho, olho e não vejo nada. O que esse povo todo acha de tão bonito na lavoura?” Ao seu lado, uma das técnicas da Emater reage: “Ué, é o que eu sempre falo, o agricultor tem que valorizar o que tem. A gente não sabe o potencial que a gente tem nas mãos” (Diário de campo, setembro de 2010).

Este artigo é uma etnografia da execução de uma política pública do Estado do Paraná, surgida em 2007, chamada Caminhadas na Natureza¹. Tal projeto promove caminhadas em áreas rurais do Estado com o objetivo de fortalecer o turismo rural e contribuir na diversificação da renda entre agricultores familiares. Essas atividades articulam esferas federais, estaduais e municipais do poder público brasileiro a partir da mobilização de órgãos como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (EMATER), diversas secretarias municipais, além da Organização Não Governamental Anda Brasil. A partir desse universo de investigação, nosso esforço neste trabalho está voltado a dois eixos de reflexões que, embora apresentados inicialmente como distintos, ao longo do texto serão relacionados. Precisamente, toma-se como *locus* de interesse empírico as atividades relacionadas com essa política, realizadas em algumas cidades da região do Vale do Ivaí, localizada na porção centro-norte do Paraná. A partir desse contexto, pretende-se apresentar de que maneira a promoção dessas caminhadas em paisagens rurais tem contribuído não apenas para despertar o turismo rural em determinadas regiões, mas também para promover certo ideário ecológico entre os diferentes agentes envolvidos com o evento.

A temática mais ampla da pesquisa que deu origem a este texto está associada à análise dos múltiplos processos de ambientalização social². Tais fenômenos podem ser identificados tanto na emergência de práticas de sujeitos e grupos que fazem da promoção do ideário ecológico um posicionamento político e ético a ser assumido diante de um contexto de degradação ambiental, como também na incorporação de questões ambientais em ações de grupos e instituições que tradicionalmente não estiveram empenhados na defesa de causas ecológicas. Essa problematização está

¹ De agora em diante, quando utilizarmos o termo Caminhadas na Natureza, em maiúsculo, estaremos nos referindo à política pública instituída no Paraná.

² O termo “ambientalização social” encontra certa ressonância com “ambientalização dos conflitos sociais” de José Sérgio Leite Lopes (2004). Contudo, o termo aqui empregado procura marcar que o interesse deste trabalho não são apenas os conflitos sociais que adquirem contornos ecológicos, como também a expansão de determinado ideário ecológico para diversas esferas.

relacionada com as discussões do grupo de pesquisa interdisciplinar SobreNaturezas³, cujas investigações têm se voltado para o fenômeno da rotinização de questões ambientais em determinadas instituições. Trata-se de refletir sobre o funcionamento de uma espécie de *idioma* não restrito ao âmbito do ecológico, mas capaz, também, de operar como paradigma moral, ético e estético em contextos e práticas aparentemente distantes das problemáticas ambientais⁴.

Eleger uma política que promove caminhadas em paisagens rurais como foco de interesse para investigar a promoção desse *idioma* é, propositadamente, uma escolha que evita centrar atenção em ações voltadas diretamente às temáticas ecológicas, mas que, assim mesmo, podem ser relacionadas a um processo mais amplo de institucionalização dessas temáticas nas políticas estatais. Nesse sentido, a incorporação do ideário ecológico na rotina burocrática do Estado é, além de efeito de um processo de expansão do *idioma ambiental*, um agente ativo na produção e promoção de sentidos específicos para os termos desse *idioma*.

Ao tratar dessa expansão a partir da ideia de *idioma*, procura-se assinalar a capacidade que as questões ambientais têm de parecer ideologicamente neutras e, por conseguinte, passíveis de abrigar distintos posicionamentos. A ecologia, nesse sentido, é como um significativo vazio cuja expansão para múltiplos campos está condicionada à possibilidade de mediar debates sem limitar demasiadamente a posição dos atores neles envolvidos. A noção de idioma, portanto, torna evidente essa relação entre a expansão das questões ambientais e a necessária não fixidez dos sentidos do que seja o ecológico, a natureza e o ambiente. Trata-se de uma espécie de idioma cuja existência se dá mais no domínio da sintaxe que no da semântica.

Contudo, reconhece-se, desde já, que se a metáfora do *idioma ambiental* é potencialmente boa para pensar a expansão de certa ética ecológica, ela também sustenta, como qualquer metáfora, um duplo sentido que, nesse caso, é um risco para a análise que se empreenderá. Isto porque ela pode contribuir para o que podemos reconhecer como uma reflexão reificante, que explica, por exemplo, a constituição de sujeitos ecológicos como resultado de uma espécie de tomada de consciência em que a própria “ecologia” explica a expansão desse ideário. A circularidade de explicações como essas terminam invisibilizando a maneira pela qual os processos de ambientalização se potencializam na medida em que incorporam inúmeras contradições, não sendo limitados, nessas associações, por virtuais incompatibilidades, mas, pelo contrário, encompassando-as. No caso das caminhadas em paisagens rurais, trata-se de explicitar e refletir sobre essa relação, aparentemente paradoxal, em que a necessidade de desenvolvimento econômico de determinadas regiões engendra atenções e engajamentos ecológicos.

³ O grupo interdisciplinar SobreNaturezas é resultado da união de pesquisadores de diferentes níveis relacionados com os projetos de pesquisas.

⁴ A categoria idioma ambiental foi elaborada, originalmente, no projeto “Ambientalização Social e religião” e apresentada no texto de Carvalho e Toniol (2010).

Ao longo de um ano e meio acompanhei seis caminhadas em diferentes municípios do Vale do Ivaí e fui duas vezes até Curitiba para interagir com os coordenadores estaduais das atividades. Nesse período, acompanhei o funcionamento das Caminhadas na Natureza em diferentes âmbitos, vivenciei o cotidiano dos escritórios locais que as organizam, estive junto aos produtores rurais envolvidos com o evento, bem como compartilhei a preparação de alguns caminhantes. Entrei em contato com diferentes grupos de caminhadas, passei a integrar listas de troca de *e-mails* sobre o assunto e, sobretudo, tornei a prática de caminhar em paisagens rurais uma rotina de pesquisa. Além da participação em caminhadas, também vivenciei a organização destas junto aos extensionistas e agricultores. Somei minhas expectativas às suas sobre o número de caminhantes que viriam ao evento, a quantidade de produtos que seriam por eles consumidos, ou, mesmo, a possibilidade de uma chuva colocar tudo a perder.

Neste texto, não nos deteremos na realização da caminhada pelos caminhantes, mas descreveremos sua organização por parte de distintos agentes envolvidos com o evento.⁵ A partir da perspectiva dos técnicos da EMATER, dos agentes públicos, dos produtores rurais e dos formuladores das Caminhadas na Natureza, discorreremos sobre os interesses e justificativas para a realização desses eventos. A partir desse cenário apresentamos o modo pelo qual o *idioma ambiental* legitima e engloba essas perspectivas distintas.

“E não é que o povo vem?!” A descoberta do turismo no Vale do Ivaí

Embora o Paraná seja um dos estados mais prósperos do Brasil⁶, há uma espécie de corredor de municípios empobrecidos que corta sua região central desde a cidade de União da Vitória, que faz divisa com Santa Catarina, até o norte do Estado.⁷ No centro desse corredor está situado o Vale do Ivaí, uma microrregião composta por 28 municípios⁸, que, desde a última década, têm sido alvo de diversas políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional de áreas vulneráveis.⁹

⁵ Para uma discussão mais extensa sobre a execução do projeto Caminhadas na Natureza e sua feitura pelos caminhantes, ver Toniol (2012). Para alguns outros estudos sobre caminhadas, ver Toniol (2011); Steil e Carneiro (2008; 2011); Toniol (2011); Toniol e Steil (2010).

⁶ Segundo os dados divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em 2006, o Índice de Desenvolvimento Humano do Paraná era de 0.820, tornando-o o sexto estado melhor avaliado do País.

⁷ Mesmo que os indicadores sociais dessa região do Estado apontem, de modo geral, para uma situação de vulnerabilidade econômica, cidades como Apucarana e Guarapuava têm bons índices de desenvolvimento, constituindo-se como exceções à caracterização sugerida.

⁸ Os municípios do Vale do Ivaí são: Apucarana, Arapuã, Ariranha do Ivaí, Barbosa Ferraz, Borrazópolis, Bom Sucesso, Califórnia, Camibira, Corumbataí do Sul, Cruzmaltina, Faxinal, Grandes Rios, Godoy Moreira, Ivaiporã, Jandaia do Sul, Jardim Alegre, Kaloré, Lidianópolis, Lunardelli, Marumbi, Marilândia do Sul, Mauá da Serra, Novo Itacolomi, Rio Branco do Ivaí, Rosário do Ivaí, Rio Bom, São João do Ivaí e São Pedro do Ivaí.

⁹ Em 2006, conforme os dados do PNUD, apenas dois municípios do Vale do Ivaí tinham um IDH superior a 0.600. Nesse mesmo ano, o IDH do Brasil era 0.790, e do Paraná 0.820.

A efetivação dessas políticas em áreas que extrapolam os limites geográficos de um município é resultado de uma mudança no tipo de recorte espacial das áreas beneficiadas por programas de crédito e de aceleração do crescimento mantidos pelo governo federal. A partir de incentivos do Ministério da Integração Nacional e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), bem como de algumas políticas do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), cidades com características sociodemográficas similares se articularam para constituir uma instância administrativa chamada de território. Alguns programas federais e estaduais, inclusive, são voltados exclusivamente para o desenvolvimento territorial, de modo que os municípios que não estiverem relacionados em algum coletivo mais amplo ficam impossibilitados de demandá-los.

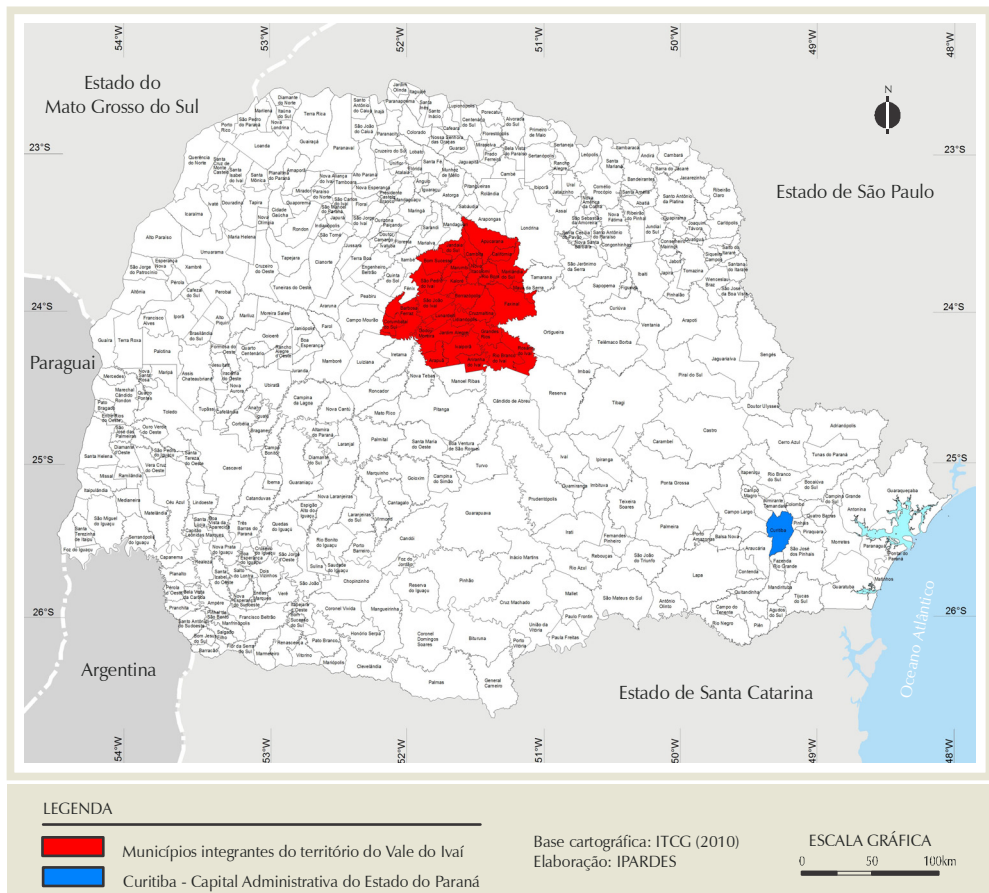
Nesse contexto, em meados da década de 2000 algumas cidades situadas na região do Vale do Ivaí se mobilizaram politicamente para fortalecer a Associação de Municípios do Vale do Ivaí (AMUVI). A partir do revigoramento dessa instância e das diversas câmaras temáticas que foram reinstituídas para determinar as diretrizes gerais do território, questões antes não debatidas na região começaram a surgir. Esse é o caso da exploração turística local, que, sem qualquer tradição naquelas cidades, passou a ser o tema das reuniões quinzenais da Associação dos Municípios Turísticos do Vale do Ivaí (AMUVITUR).

Antes de conhecer os sujeitos concretos que tornavam as caminhadas possíveis, tive contato com a existência política do “território do Ivaí” a partir de notícias e relatos que narravam aquela região como uma grande arrecadadora de recursos dos editais direcionados para o desenvolvimento territorial e uma produtora de exemplos bem-sucedidos nas políticas voltadas para contextos rurais. Foi inicialmente a partir dos relatórios disponíveis no *site* da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (SEAB) que descobri que, apenas no Vale do Ivaí, em 2010, mais de 500 pessoas haviam se envolvido com a organização das caminhadas, mais de 5.000 pessoas haviam caminhado e mais de 40.000 reais haviam circulado por conta desses eventos. Assim, a região que elegi para fazer o trabalho de campo foi, ao menos em um primeiro momento, um espelho fiel do agrupamento de municípios que constituía o *Território do Vale do Ivaí* (mapa 1).

Como se mostrará a seguir, mesmo que conte com o apoio do Território, enquanto instância administrativa, as Caminhadas na Natureza são organizadas fundamentalmente via EMATER¹⁰. A capilaridade dessa instituição em todo o País e sua estrutura de escritórios estaduais, regionais e locais permitem que determinados projetos sejam rapidamente implantados em diferentes contextos.

¹⁰ A EMATER-Paraná é uma autarquia do governo do Estado de Assistência Técnica e Extensão Rural direcionada à agricultura familiar (Fonte: <http://www.emater.pr.gov.br>).

MAPA 1 - TERRITÓRIO DO VALE DO IVAÍ - PARANÁ



FONTE: AMUVI - Disponível em: http://www.amuvi.com.br/seminario/seminario_amuvi/abrangencia.html. Acesso em: 23 fev. 2012

Durante os anos de 2006 e 2007, Ednei Bueno, então coordenador do Turismo Rural no Ministério do Desenvolvimento Agrário e funcionário de longa data da EMATER-PR, tornou o projeto das Caminhadas na Natureza¹¹ uma das ações centrais para a promoção do turismo rural no Brasil e estabeleceu a EMATER como principal parceiro executor nos âmbitos estaduais. Em algumas unidades da federação o projeto desenvolveu-se vigorosamente; já em outras, nenhuma caminhada foi realizada. No Paraná, aquilo que era uma diretriz para o desenvolvimento do turismo rural no País foi tornado uma política pública. Isso garantiu que o projeto nacional fosse incorporado no Estado e chegasse, por meio dos escritórios locais da EMATER, nas suas cidades mais empobrecidas.

¹¹ Embora o projeto das caminhadas tenha circulado, segundo os gestores da política, no Ministério do Desenvolvimento Agrário, na Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Paraná e na própria EMATER, eu nunca tive acesso a esse texto.

Como mostra o mapa 2, há um crescimento significativo no número de circuitos promovidos no Paraná. Em 2007, ano em que a política foi implantada, foram feitas 23 caminhadas; quatro anos depois, em 2012¹², a previsão é que ocorram 69 caminhadas, o que representa um aumento de 200%. Os municípios do Vale do Ivaí concentram, pelo menos, 16% de todas as atividades promovidas no Estado, constituindo-se, deste modo, como o *território* com a maior participação na política. Outro dado importante explicitado no mapa refere-se à quantidade de municípios que realizaram caminhadas em um ano e repetiram a atividade no ano seguinte. De um universo de 47 cidades que promoveram caminhadas em 2011 apenas três municípios não farão a atividade novamente em 2012, e outros dois, além de repetirem o evento, realizarão duas ou três caminhadas (Apucarana, 2; Cerro Azul, 3). A realização de mais de uma caminhada tem se tornado frequente, de modo que, além das cidades já citadas, em 2012 outros sete municípios farão dois circuitos (Borrazópolis, 2; Cambira, 2; Curitiba, 2; Mandaguçu, 2; Pontal do Paraná, 2; São José dos Pinhais, 2; Tijucas do Sul, 2).

A materialização dessa parceria entre MDA, governo do Estado e EMATER se dá, sobretudo, a partir de oficinas de divulgação da atividade, que têm como público-alvo políticos, empresários e extensionistas rurais interessados em realizar uma caminhada em suas localidades. Nesses eventos, além de apresentar a articulação burocrática entre as instâncias administrativas que torna possíveis as Caminhadas na Natureza, os responsáveis expõem o roteiro para a execução prática dessas atividades. Em algumas oficinas, fazem-se presentes não somente técnicos da EMATER e do Setor de Turismo Rural do Estado, que detêm um *saber-fazer* da organização das caminhadas, mas também alguns representantes da ONG Anda Brasil. Tal ONG é a entidade brasileira associada à Federação Internacional de Esportes Populares e tem um papel central na institucionalização de Caminhadas na Natureza. O apoio não governamental ocorre, sobretudo, em três dimensões: na capacitação de técnicos da EMATER tanto para organizar circuitos como para treinar outros técnicos para essa tarefa; no cadastro dos circuitos municipais de caminhada em um calendário internacional de eventos da mesma natureza apoiados pelas federações nacionais de esportes populares¹³; e no fornecimento gratuito de carteirinhas para os caminhantes marcarem os circuitos que já realizaram.

Antes de ir até o Vale do Ivaí acompanhei uma dessas oficinas em Blumenau, Santa Catarina. Na ocasião havia alguns representantes de cidades catarinenses interessados em conhecer o projeto das caminhadas; Ednei Bueno, com a tarefa de apresentar o projeto e a experiência do Paraná, e Airton Violento, presidente da Anda Brasil. O público, que lotava uma das salas da Secretaria de Turismo da cidade, foi informado sobre os principais erros, dificuldades e acertos na organização das caminhadas. Nessa oficina, novamente deparei-me com narrativas sobre o *território do Vale do Ivaí* como um bom exemplo de promoção dessas atividades.

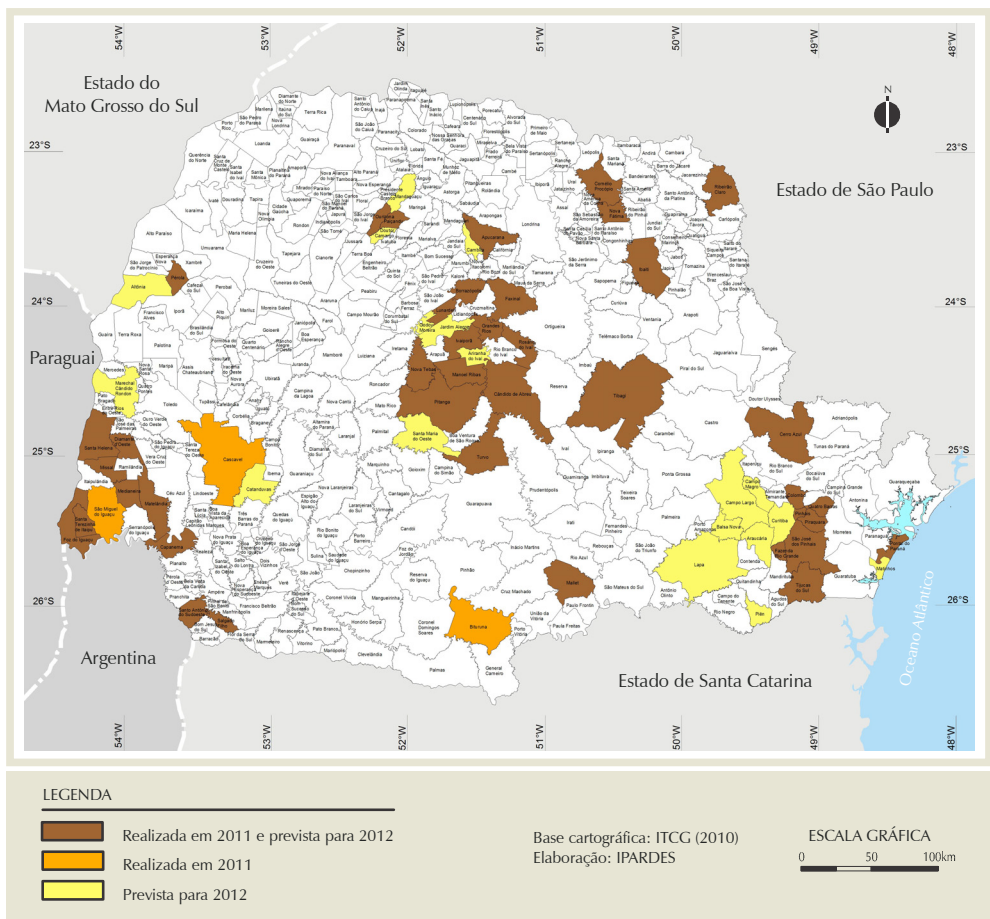
¹² Os dados de 2012 foram obtidos por meio do calendário oficial de Caminhadas na Natureza disponibilizado pela Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná (Fonte: <http://www.seab.pr.gov.br/>)

¹³ Retornarei ao tema da internacionalidade da caminhada nas seções seguintes.

Após tantos *encontros discursivos* com as práticas de turismo do Vale do Ivaí, comecei, assim que retornei a Porto Alegre, a organizar minha ida efetiva até a região, mais especificamente até a segunda maior cidade desse Território, Ivaiporã, situada na porção centro-norte do Paraná, distando 500 quilômetros da capital, Curitiba. Na primeira metade do século XX, o município, junto com as cidades de seu entorno, foi um dos principais centros de produção de café do País. Atualmente, embora a principal atividade econômica continue sendo a agricultura, a monocultura do café deu lugar às culturas da soja, trigo, milho, aveia, feijão e criação de bicho-da-seda.

A partir da indicação de Ednei e Airton, cheguei em Ivaldete, a técnica da EMATER responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí e uma entusiasta do projeto das caminhadas.

MAPA 2 - CAMINHADAS NA NATUREZA REALIZADAS E PREVISTAS - 2011/2012



FONTE: SEAB-PR

2011 - Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/uploads/0a0901bb-6c84-9e6e.pdf> (Acesso em: 23 fev. 2012)

2012 - Disponível em: <http://www.aen.pr.gov.br/arquivos/File/0201caminhadas.pdf> (Acesso em: 23 fev. 2012)

O deslocamento rodoviário de Curitiba até Ivaiporã dura mais de sete horas. Essa viagem da capital paranaense até as cidades que margeiam o Rio Ivaí é realizada por apenas uma linha de ônibus que opera em dois horários. Ivaiporã, com terra vermelha impregnada por todos os cantos, tem pouco mais de 20.000 habitantes e dispõe de uma infraestrutura significativa se comparada a outros municípios da região. Organizei minha primeira ida até lá, por sugestão de Ivaldete, de modo que pudesse participar do principal evento turístico da cidade, a I Caminhada Internacional na Natureza.

Ao desembarcar na rodoviária do município, por volta das quatro horas da manhã, e deslocar-me a pé pelo centro da cidade até o hotel em que me hospedaria, podia perceber a chegada dos primeiros agricultores que vinham até o comércio local para abastecer suas propriedades. Nesse curto trajeto, deparei-me com faixas espalhadas pelas ruas anunciando a caminhada. Na porta e na recepção do hotel havia cartazes e pôsteres de divulgação. A partir das oito horas, uma moto equipada com alto-falante começou a dar voltas no centro da cidade convocando a todos para a atividade. Nas conversas com os vendedores do comércio local e com alguns moradores do centro, era sensível a expectativa relacionada ao evento que estava por acontecer.

Ainda que as Caminhadas na Natureza possam ser situadas em um quadro mais amplo de ações governamentais voltadas para a diversificação econômica em municípios de vocação rural, como Ivaiporã, algumas das características dessa política marcam uma mudança no tipo de atividade promovida por órgãos de extensão rural, como a EMATER.

Ao narrar sua trajetória profissional, por exemplo, Ivaldete identifica as Caminhadas na Natureza como demarcadoras de uma espécie de transformação no foco das políticas que, enquanto extensionista, ajudou a executar.

Nós da EMATER sempre trabalhamos com assistência técnica do agricultor, mas era muito direcionada só para a agricultura. Daí, realmente de 1980 para cá houve uma mudança preocupada não só com a renda agrícola, mas preocupada também com a renda não agrícola. Como nós falamos, preocupada em transformar o produto e comercializar o produto. E o turismo é isso. É você trabalhar a questão do artesanato. Hoje nós trabalhamos muito o artesanato em fibra de bananeira, em bambu, taboa. A gente trabalha muito o artesanato hoje nessa linha de fazer com que as pessoas não trabalhem só a produção, mas também o outro lado, que ela veja a propriedade com outros olhos, usando também essa outra alternativa [...]. Caminhada não é para quem está no meio rural, é para quem está na cidade. Quem está no meio [rural] também vai, mas principalmente quem está no meio urbano, e isso não tinha na EMATER. Antes era só trabalho em cima do produtor, agora a gente chega até o produtor, mexe com a autoestima dele, levando a cidade para o campo. [Ivaldete, técnica da EMATER, responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí]

A narrativa de Ivaldete acerca da constituição de circuitos de caminhadas em uma região com alta concentração rural no Paraná auxilia-nos a compreender

características dessas atividades e como tais eventos marcam uma distinção, em relação a décadas anteriores, no tipo de assistência prestado por órgãos como a EMATER. Contudo, não foi apenas no âmbito de instituições voltadas para assistência rural que as Caminhadas na Natureza tornaram-se marcos significativos de um deslocamento no caráter das ações por elas promovidas, mas essa alteração também pode ser percebida se colocarmos em perspectiva outras políticas de gestão de espaços da natureza no Brasil. A seguir, apresentam-se brevemente algumas dessas políticas e como cada uma delas sustenta um determinado conceito de natureza.

Natureza em foco: de parques ao turismo rural

Políticas ambientais estão na pauta governamental brasileira ao menos desde a década de 1970. Essa agenda, entretanto, esteve balizada, em um primeiro momento, por agências de governança global como a Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, legislações ambientais foram criadas para contemplar exigências de credores internacionais como o BID (Banco Internacional de Desenvolvimento) e o FMI.¹⁴ Assim, o desenvolvimento de ações referentes às questões ambientais pautou-se, nesse período, em diretrizes internacionais. De modo geral, essas ações diziam respeito, sobretudo, ao manejo de dois tipos de espaço: aqueles eleitos como lugares de conservação da fauna e flora, e os de produção agrícola.¹⁵

Os projetos de criação de Unidades de Conservação ambiental, parques, santuários ecológicos etc. não estiveram, inicialmente, relacionados com uma intenção de exploração turística desses locais, mas associados com a ideia de proteção e preservação dessas áreas da ação antrópica. Tal modelo de parques, importado dos Estados Unidos, não privilegiava a interação entre um espaço protegido e as pessoas, mas isolava, criava ilhas em que uma natureza supostamente autêntica poderia seguir seu curso longe daqueles que, hipoteticamente, a descaracterizariam por sua presença.¹⁶

Além da criação de Unidades de Conservação, as ações governamentais voltadas para a gestão da natureza concentraram-se no manejo de terras agriculturáveis e na assistência técnica aos produtores rurais. Se a natureza das Unidades de Conservação era aquela em que a presença humana provocaria sua degradação, no caso das terras de agricultura a natureza deveria ser manipulada para que sua fertilidade fosse maximizada. Organismos especializados, como a EMATER, foram criados e deram apoio ao trabalho técnico das secretarias de agricultura estaduais. Nesse sentido, assim como a nomeação de determinados espaços como Unidades de Conservação terminou constituindo a natureza daquele contexto como uma *paisagem para ser preservada*, as paisagens agrícolas se constituíram como espaços pouco associados à *natureza*.

¹⁴ Esta relação também pode ser observada em outros países em desenvolvimento, tal como mostra Fátima Chaves no caso do Paraguai (2004).

¹⁵ Não estou interessado aqui em apresentar uma história das políticas ambientais brasileiras, mas em relacionar algumas ações governamentais com perspectivas epistemológicas sobre a natureza.

¹⁶ Para uma discussão sobre a criação de Unidades de Conservação ambiental e parques, ver Godoy (1999; 2000), Barreto Filho (2001) e Pádua (1987).

No caso da política de caminhadas aqui discutida, dois aspectos marcam importantes discontinuidades com relação à lógica acima descrita: a *natureza* dessas atividades não é a dos parques ou Unidades de Conservação, mas a das plantações de pequenas propriedades rurais; e a EMATER é a principal articuladora de uma ação que toma as paisagens do campo não como espaços de trabalho, mas enquanto *natureza que deve ser apreciada*. O que está em jogo, portanto, não é uma atividade em uma suposta natureza autêntica, tampouco uma política de assistência técnica para os trabalhadores do campo, mas a promoção de uma atividade ambigualmente voltada aos cidadãos e aos agricultores, uma *ode* a um tipo de natureza não detentora, *a priori*, do direito de ser preservada. Como se mostrará a seguir, a legitimidade dessa natureza do campo é produzida, pelos agentes envolvidos com o evento, a partir de um apelo ecológico. Noutras palavras, a eficácia da realização de uma passagem da natureza do campo tida como bruta, não intacta, antropomorfizada para uma natureza possível de ser apreendida como bela, autêntica e *natural*, depende do estabelecimento de relações, nesse contexto, com termos característicos do *idioma ambiental*.

Nem sempre as coisas foram assim: a EMATER e as políticas de extensão rural

O início da extensão rural no Brasil se deu na década de 1950. Naquele período, a Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR), que posteriormente daria origem à EMATER, prestava auxílio aos agricultores em todas as etapas da cadeia produtiva, desde a obtenção de financiamento, passando pela produção até a comercialização dos produtos.¹⁷ Em entrevista realizada com funcionários da EMATER para tratar das mudanças no perfil das políticas promovidas pela instituição, José Maurício, um dos responsáveis pela execução do projeto das Caminhadas na Natureza e agrônomo da empresa desde o período de sua estruturação¹⁸, afirmou que o desenvolvimento da extensão rural no Paraná foi significativamente afetado pelas ideias de Paulo Freire sobre educação não formal. A relação entre extensionista e produtor rural foi pensada a partir da chave educador/educando e as estratégias de aproximação dos sujeitos desses dois universos distintos foram denominadas de *metodologias para a construção de saberes*.

Ainda que as *metodologias* tenham se transformado ao longo da história da instituição, elas não deixaram de ser centrais para a instrução dos extensionistas sobre os modos mais eficazes de se relacionar com os produtores e de intervir em suas realidades. Diante dessa estrutura de organização da EMATER, para que as Caminhadas na Natureza pudessem ser difundidas entre os extensionistas, não bastava que fossem promovidas como uma nova diretriz para a diversificação da renda de produtores, mas deveriam também se tornar uma *metodologia*.

¹⁷ Esses dados foram fornecidos pelos próprios extensionistas rurais em conversas sobre a constituição da EMATER. Tais informações também podem ser encontradas no site: <http://www.emater.pr.gov.br>

¹⁸ A EMATER-PR foi criada em 1977 para desenvolver ações relacionadas com a extensão rural no Estado e, assim, substituir a ACARPA (Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná), que desde 1959 desempenhava essa função.

A consolidação das caminhadas como uma estratégia metodológica da extensão rural foi levada por alguns representantes do Ministério de Desenvolvimento Agrário para as diretorias estaduais da EMATER. Enquanto *metodologia*, as Caminhadas na Natureza significaram para os organismos de extensão rural uma ruptura. Ao contrário de outras metodologias, ainda que as caminhadas tenham como finalidade contribuir com a agricultura familiar, elas não podem prescindir da participação de não agricultores. Nesse sentido, ouvi diversas vezes os extensionistas se queixarem da dificuldade que é preencher o relatório das caminhadas, a começar pela definição do público-alvo, que são tanto os caminhantes como os produtores rurais que organizam a caminhada. Para além de um problema classificatório, essa dificuldade expressa o borramento de uma fronteira – já problematizada do ponto de vista analítico, mas pouco desconstituída efetivamente – entre campo e cidade nas políticas voltadas para o desenvolvimento rural. No limite, ao tornar tanto o agricultor como o cidadão o alvo da política, as caminhadas não apenas aproximam sujeitos que habitam universos distintos, como também implicam outras rupturas de fronteiras muito bem estabelecidas burocraticamente na EMATER. Como mostrei na seção anterior, as políticas de preservação de paisagens naturais e de assistência às atividades agrícolas não foram articuladas, no Brasil, por um mesmo órgão. Assim, coube a um conjunto de agências estatais lidar com as questões envolvendo preservação, e a outro conjunto de agências tratar das questões relativas à produção. A realização de Caminhadas na Natureza em áreas agrícolas e a elaboração de uma série de artifícios para associar aquela paisagem a certo ideário ecológico, como se mostrará adiante, tornam os limites entre *natureza para ser preservada* e *natureza para ser trabalhada* muito tênues. Caminhantes, extensionistas rurais e os próprios produtores contribuem para tornar aquela paisagem ambigualmente associada ao trabalho e ao lazer, à produção e à preservação, à natureza bruta e à natureza ecológica.

A política das Caminhadas em relação a outras ações para o desenvolvimento do turismo

As Caminhadas na Natureza, portanto, puderam, por um lado, se fortalecer na esfera estadual por conta de sua institucionalização enquanto política pública e, por outro, se consolidar na EMATER a partir de seu *status* de metodologia. Com isso, essas atividades ainda foram capazes de conectar burocracias, funcionários e expedientes da EMATER e da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado. Isto é, não apenas órgãos voltados para a agricultura familiar passaram a operar essa política, como também agentes de áreas como turismo e meio ambiente se envolveram com sua implantação.

Embora a possibilidade de as caminhadas serem tanto uma política pública estadual como uma metodologia da extensão rural tenha sido fundamental para que pudessem se desenvolver plenamente na EMATER, não havia, na instituição, estrutura burocrática para abrigar profissionais, rotinas e demandas que não fossem ligados à produção rural. Como afirma Laura, a primeira turismóloga a trabalhar na EMATER e,

na época da implantação do projeto das caminhadas, estagiária do grupo que estava encarregado da tarefa: *“Quando eu entrei não existia uma estrutura para tratar do turismo. Existia o Ednei, que era meu chefe, e a Laura. Não tinha sala, computador, mesa, não tinha nada”*.

A aparente inexistência de práticas de turismo nos órgãos voltados para a gestão rural, no entanto, é uma espécie de problema nominalista. Isso porque, embora o conceito de turismo rural – e, por conseguinte, todo o aparato concreto que sua existência abstrata torna possível – seja bastante recente na EMATER, determinadas atividades sugerem uma tradição mais longa, nesses órgãos, na promoção de eventos turísticos do que a oficialidade nos informa. Indagado sobre o histórico do turismo rural nos órgãos de assistência rural, Ademar Dressler, chefe do Núcleo de Turismo Rural da SEAB, afirmou:

O turismo rural começou no Paraná em 1997, com os trabalhos com “Pesque e Pague”. Mas se você olhar os nossos apontamentos mais antigos vai encontrar lá coisas como: a Festa do Moranguinho, a Festa do Abacaxi, a Festa do Milho. Tudo isso a gente sempre fez. Então, a coisa não é tão nova assim.

Mesmo que o turismo rural fosse praticado localmente, a nomeação desse tipo de prática e o incentivo a outros formatos de exploração turística, para além das festas temáticas, se deram a partir de políticas nacionais que estabeleceram novas diretrizes de desenvolvimento de áreas rurais do País. Nesse sentido, a política de caminhadas está relacionada com dois movimentos mais amplos de incentivo ao turismo rural no Brasil. Por um lado, para viabilizar uma série de outras políticas voltadas à agricultura familiar que têm como objetivo tanto a diversificação das cadeias produtivas nas áreas rurais, como o retardamento da saída dos jovens do campo para a cidade. E, por outro, as Caminhadas na Natureza são parte de um processo de municipalização do turismo no Brasil. Isto é, a possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas deixou de estar restrita a áreas de reconhecimento nacional, como as Cataratas do Iguaçu, a Amazônia, o Pantanal etc. e começaram a ser promovidas a partir de atrativos municipais não explorados. As estratégias dos órgãos federais e estaduais para esse novo formato de incentivo ao turismo se deram, principalmente, com a realização de oficinas de capacitação. As Caminhadas na Natureza, por exemplo, foram apresentadas, em 2004, a mais de 13 cidades consideradas estratégicas para o desenvolvimento do turismo no País, por meio de uma oficina nacional.

A partir de 2003, o governo federal, através da Secretaria de Agricultura Familiar e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, intensificou as linhas de crédito voltadas ao turismo rural. No Paraná criou-se a Rede de Turismo na Agricultura Familiar (Rede Traf), que, ao buscar roteiros para o desenvolvimento de seus projetos, privilegiou regiões em que fosse possível promover o contato com a agricultura familiar e, ao mesmo tempo, remeter a experiências, práticas e sentidos comumente relacionados às paisagens da natureza.

Como se pode perceber, as articulações entre os governos estaduais e federais envolvendo o projeto de Caminhadas na Natureza não passam pelo Ministério do Turismo. Isso porque, o estatuto de programas relacionados com a agricultura familiar para o desenvolvimento de atividades turísticas é funcional, uma espécie de *ferramenta* para uma finalidade mais ampla, como a diversificação das cadeias produtivas disponíveis para os agricultores. Já outros formatos de exploração turística em espaços rurais, como, por exemplo, os hotéis fazenda, são iniciativas da alçada do Ministério do Turismo.

Essa configuração burocrática do que é *efetivamente turístico* e do que apenas *utiliza o turismo como ferramenta* tem como implicação imediata tornar pouco provável a passagem de um tipo de formato para outro. Nesse sentido, a gestão e definição dos objetivos de um projeto como o das Caminhadas na Natureza produz, inevitavelmente, uma controvérsia entre os interesses da EMATER e do município em promover o mesmo evento. Enquanto para os extensionistas rurais promover as Caminhadas na Natureza é uma *ferramenta*, uma *metodologia* para trabalhar questões relacionadas à agricultura familiar, para a administração municipal o projeto das Caminhadas é, na maior parte das vezes, a única ação local *efetivamente turística* e, se há um caráter ferramental nela, este consiste em contribuir para o desenvolvimento do próprio turismo na região. O que está em jogo é perceber que, embora imprescindível, o apoio municipal para a realização das Caminhadas na Natureza está fundamentado não apenas em justificativas distintas das que deram suporte ao projeto nos âmbitos federal e estadual, como também as expectativas projetadas nesses eventos – catalisar o turismo na região – são incompatíveis com as pretensões dos órgãos que elaboraram o projeto.

No Vale do Ivaí, foi Ivaldete quem inicialmente apresentou o projeto das Caminhadas na Natureza e, posteriormente, conseguiu efetivá-lo. De alguma maneira, nessa região a expectativa das caminhadas como *ferramenta para o rural* e como *produto turístico* operou ambigualmente desde sua implementação, a partir da figura de Ivaldete, que é tanto a responsável da EMATER pela organização dessas atividades como a conselheira na instância de debate sobre turismo na região, a AMUVITUR. Talvez isso ajude a compreender o sucesso da política naquele contexto.

Em 2007, a técnica da EMATER participou de um evento sobre turismo rural realizado na serra gaúcha. Nessa ocasião, Airton Violento, presidente da Anda Brasil, apresentou as Caminhadas na Natureza para um público de secretários municipais de turismo, extensionistas rurais e empresários.

Quando eu ouvi aquilo [a palestra sobre caminhadas], percebi que seria uma grande jogada para a gente iniciar o trabalho do turismo rural. Porque era uma forma de levar as pessoas do meio urbano para o ambiente rural e mostrar o que tem lá: produtos, artesanato, comidas. Falei com o Violento e descobri que ia ter uma oficina nacional de caminhada em Curitiba. Como eu já tinha ido lá para Caxias, mandei as meninas [extensionistas das cidades vizinhas] que trabalhavam em lugares onde eu acho que podemos fazer um trabalho de turismo. Quando elas voltaram de lá, já tinham dois circuitos de caminhadas prontos. [Ivaldete, técnica da EMATER, responsável pelo turismo rural no Vale do Ivaí]

Já na elaboração desses primeiros circuitos, a questão ecológica foi privilegiada, seja na definição das paisagens por onde passaria o circuito, seja na programação das atividades a serem realizadas ao longo do caminho, como, por exemplo, o lançamento de balões com sementes e mensagens ecológicas, a plantação de mudas em áreas assoreadas e a soltura de peixes nos rios. Laura, turismóloga da EMATER estadual, afirmou que desde as primeiras oficinas perceberam nas questões ecológicas, traduzidas na escolha do trajeto da caminhada e das atividades ao longo do percurso, um potencializador do projeto.

Percebemos como o pessoal queria caminhar na natureza, mas o que a gente tinha, na verdade, eram trigais, milharais e estradas rurais. Aí a gente pensava muito nisso porque, poxa, isso [as plantações] também é natureza, uma natureza reinventada, mas é. Para falar a verdade a coisa da ecologia chegou para nós e para os produtores por osmose, nunca teve um planejamento ambiental, mas a ecologia veio. Os caminhantes ajudam também e nós e os produtores fomos pegando. Essa coisa da ecologia vem muito dos caminhantes, e os agricultores acabam pegando isso e passando para os seus produtos. De repente, a partir desse olhar do caminhante que pergunta sobre como aquele produto é produzido, acaba ajudando [o produtor] a fazer uma reflexão sobre a forma de produção e acaba tendo que atender e entender essa demanda para um produto de base ecológica. Acho que essa proximidade do produtor e consumidor, isso fortalece o produto de base ecológica. É isso que fortalece o projeto. [Laura, turismóloga da EMATER estadual]

Além de uma série de artifícios nas paisagens rurais para aproximá-la de certo ideal de natureza, que descreverei noutra seção, os extensionistas rurais recorrem à relação entre agricultura e produção de alimentos para estabelecer essa associação. Ao lançar mão desse tipo de estratégia, tanto os produtores rurais como os caminhantes tornam-se “público-alvo” da política. Luísa, turismóloga da Secretaria da Agricultura e do Abastecimento e coordenadora do projeto estadual Caminhadas na Natureza, assinala a eficácia dessa relação entre consumo e produção de alimentos para associar paisagens rurais e da natureza:

A ideia é que a pessoa que caminha e os próprios produtores mudem sua relação com a alimentação. A ideia é despertar a consciência dessas pessoas para produzir e consumir alimentos mais saudáveis, e que isso não são as grandes empresas que produzem, mas a agricultura familiar. Valorizar os alimentos orgânicos é nossa estratégia. Então a gente quer passar essa imagem, que o produto tem mais saúde, que a pessoa consuma saúde com a agricultura familiar, então a gente quer colocar essa imagem de um produto mais saudável, mais orgânico, e que gera relação entre o homem do campo e o homem da cidade. [Luísa, turismóloga da SEAB]

A ideia de que as plantações podem ser não apenas lugares turísticos, mas também lugares ecológicos, não deve, como ouvi de alguns dos organizadores das caminhadas, estar pautada por uma “visão limitada de turismo e de ecologia”.

Nesse sentido, afirmou Ednei: *“Tem uma cidade aqui perto que chama Pérola e, para falar a verdade, a única coisa bonita lá é o nome. Acontece que os produtores estão percebendo algumas coisas. Estão percebendo que mostrar um passarinho na natureza rende mais que vender ele no espeto, então a gente está fazendo aparecer a natureza que tem lá”*.

As dificuldades de legitimação do turismo rural na EMATER e sua relação com o idioma ambiental

Embora o turismo rural faça parte das diretrizes de trabalho da EMATER, há, na própria instituição, uma espécie de hierarquização dos trabalhos mais ou menos valorizados na atenção à agricultura familiar. A desvalorização do trabalho do turismo rural em função do tradicional foco na produção agrícola por parte dos órgãos de assistência à agricultura foi atenuada, no Vale do Ivaí, por meio da ampla aceitação das caminhadas por parte dos produtores rurais e da participação dos cidadãos no evento. Contudo, foi apenas com a participação em uma instância política que Ivaldete conseguiu que houvesse, na EMATER regional, maior reconhecimento de seu trabalho. Em 2008 teve início a elaboração do plano territorial para o turismo no Vale do Ivaí a partir da AMUVITUR. Com uma participação bastante ativa na constituição desse fórum de discussão, e promovendo diversas visitas técnicas a locais turísticos para mostrar aos agricultores possibilidades de geração de renda em paisagens rurais, Ivaldete tornou-se uma das principais promotoras do turismo no Vale do Ivaí. Em uma de minhas idas à Ivaiporã, acompanhei a finalização do plano para o desenvolvimento do turismo na região, que seria apresentado na AMUVITUR. Entusiasmada com a redação desse plano, Ivaldete fez questão de ler alguns parágrafos da última versão para mim. No texto, depois de todas as vezes em que a palavra “turismo” se repetia, havia uma marcação em amarelo com a palavra “sustentável”. Quando leu um desses trechos Ivaldete explicou: *“Depois do projeto das caminhadas a gente entendeu que, para dar certo, tem que ser ecológico, sustentável”*.

Ainda que fundamentados em certo apelo ecológico, os projetos de turismo rural desenvolvidos pela EMATER, sendo o principal deles as Caminhadas na Natureza, são constantemente alvo de questionamentos ambientais. Em conversas com moradores de Ivaiporã, alguns afirmaram que, embora gostassem da ideia de caminhar na natureza, problematizavam o fato de esses eventos colocarem mais de 700 pessoas em trilhas pequenas que não suportariam tal número de caminhantes. Nesse sentido, a adjetivação de “turismo” com o termo “sustentável”, no plano de desenvolvimento da EMATER, não é uma incongruência com suas práticas, mas, antes disso, uma explicitação de que o *idioma ambiental* opera mais no domínio da sintaxe que no da semântica.

Como tenho procurado mostrar até aqui, a trama de expectativas, objetivos e sentidos tecida pelos diferentes atores envolvidos com as caminhadas, ainda que relacionada por conta das referências a certo *idioma ambiental*, não é coincidente. No escritório estadual da EMATER, Ednei descreveu as caminhadas como uma metodologia

da extensão rural que pode ajudar na geração de renda e na informação sobre questões ambientais. Na Secretaria da Agricultura e do Abastecimento, Ademar e sua equipe de turismólogas concebem a caminhada como uma alternativa para que o turismo rural se aproxime da ideia de contato com a natureza explorada noutras práticas turísticas. A ONG Anda Brasil faz a intermediação entre as Caminhadas na Natureza realizadas no País com a prática desse esporte não competitivo em outros lugares do mundo, por meio da Federação Internacional de Esportes Populares. Os políticos locais tratam o evento como um importante momento para desenvolver o turismo na região e, ao mesmo tempo, realizar uma atividade de educação não formal para a conscientização sobre temas ecológicos locais. Para terminar essa relação sem fim, Ivaldete percebe a caminhada como um evento de turismo rural que pode criar uma alternativa para os produtores rurais diversificarem suas fontes de renda e como um momento de expressão da capacidade que a região tem em promover o “turismo sustentável”.

Na mesma ocasião em que Ivaldete leu para mim o plano de desenvolvimento de turismo, ela me chamou para acompanhá-la, no dia seguinte, até Grandes Rios, uma cidade a 83 quilômetros de Ivaiporã, onde haveria alguns encontros para planejar a caminhada que seria realizada dali a três meses.

No dia seguinte, fomos até Grandes Rios acompanhados por Priscila, uma técnica da EMATER de Borrazópolis que também integra a equipe de responsáveis pela promoção do turismo rural na região. Se no contexto geral da assistência à agricultura familiar há uma espécie de hierarquização dos tipos de trabalho realizados pelos extensionistas, em locais como Grandes Rios, onde a produção de café é a principal fonte de renda do município, atividades de turismo rural são ainda menos valorizadas e dificilmente constituem a pauta de debates e atividades da EMATER local.

Enquanto esperávamos a chegada de alguns técnicos para a reunião no escritório local de Grandes Rios, detive-me numa conversa com alguns produtores da região que se esforçavam para explicar detalhadamente a relação entre o faturamento das fazendas na exportação de café e o preço das *commodities* de petróleo. Embora todos os agricultores tenham sido unânimes em reconhecer que as condições de produção e de venda de café tenham melhorado significativamente na última década, também mostraram grande preocupação com a saída massiva dos mais jovens do campo para a cidade. Ao tocarem nesse tema, os técnicos da EMATER que estavam próximos se integraram à discussão e a reunião sobre o turismo rural na região começou ali mesmo, na frente do escritório. Conforme os extensionistas mais entusiasmados com a ideia da diversificação das fontes de renda no campo, o turismo não apenas seria uma forma de incremento no lucro das fazendas, como também um tipo de atividade que atrairia mais o interesse dos jovens que a produção agrícola. Uma das técnicas presentes voltou-se para mim e, apontando para um produtor que estava a seu lado, disse: *“Esse aqui é um dos que a gente está tentando convencer a ficar no campo para abrir uma pousada na casa dele. Precisa ver como o lugar é lindo”*. O agricultor, aparentemente incomodado com a expectativa, concordou que seria possível

investir na abertura da pousada, mas reiterou suas dúvidas sobre o real retorno financeiro do negócio naquela região. Outro extensionista, que se dedica exclusivamente a auxiliar na produção e comercialização do café, também ponderou o entusiasmo da técnica assinalando que a EMATER não deveria incentivar esse tipo de investimento se não tivesse como garantir seu retorno financeiro.

O início da reunião foi a continuidade dessa conversa sobre o papel estratégico que as caminhadas poderiam ter para a região. Por um lado, nas palavras das técnicas dedicadas a promover o turismo rural no Vale do Ivaí – todas elas mulheres graduadas em “profissões do cuidado”, como pedagogia e serviço social –, essas ações poderiam retardar a saída dos jovens do campo para a cidade, diversificar a renda das propriedades e ajudar nas discussões sobre meio ambiente. Por outro lado, nos termos do grupo de extensionistas que se dedicam ao auxílio na produção agrícola – todos homens formados em agronomia ou economia –, seria um modo de divulgar a vocação agrícola da região. Essa sobreposição de justificativas para a realização das caminhadas é, ao mesmo tempo, a razão de inúmeros tensionamentos entre os técnicos da EMATER durante sua organização, como também a razão pela qual essa atividade é uma das únicas capazes de mobilizar praticamente todos os extensionistas dos escritórios nas semanas que a antecedem.

As caminhadas, como afirmaram posteriormente os técnicos de Grandes Rios, eram uma alternativa de geração de renda e divulgação da região que, com baixo custo, ajudava na valorização do trabalho do produtor e no aumento de sua autoestima. O tema da valorização e de como a autoestima é importante para evitar o despovoamento no campo é recorrente nas conversas sobre as caminhadas entre os extensionistas. Algumas alternativas para o desenvolvimento sustentável da região, inclusive, foram abandonadas porque, segundo os extensionistas, a própria incerteza de retorno financeiro desse tipo de empreendimento pode abalar os produtores e acelerar sua saída do campo. De acordo com alguns agricultores com quem conversei, há pouco mais de quatro anos várias famílias venderam suas propriedades após verem uma das maiores fazendas do Vale do Ivaí falir devido às dificuldades de escoamento da produção de alimentos orgânicos que tinha iniciado.

A reunião de que estava participando destinava-se a programar a realização da primeira caminhada do município de Grandes Rios. Após expor as primeiras etapas da organização desse tipo de evento, que incluem encontros com a comunidade e definição do trajeto a ser percorrido, Ivaldete cobrou empenho de todos os extensionistas na obtenção de recursos junto à prefeitura e aos comerciantes locais para a realização de alguns reparos no galpão onde, a princípio, seria promovido o almoço de encerramento da caminhada. A elaboração do trajeto, como mostrarei a seguir, é um momento central na organização do evento, sobretudo porque a definição de por onde se deve caminhar está relacionada com o esforço dos organizadores para que os caminhantes apreendam aquela paisagem a partir de determinadas características, topografias e contextos. Cada um dos circuitos em que se caminha é nominado conforme aquilo que, para os produtores e extensionistas, sintetiza a região.

Ainda que com certa resistência, os técnicos foram assumindo, ao longo da reunião, responsabilidades na organização do evento, que seria realizado em três meses. Ao final do encontro, Ivaldete sugeriu que já se escolhesse um mote para a atividade, que seria o nome do circuito e que ajudaria todos a pensar em trajetos, parcerias e nos contatos que deveriam ser estabelecidos. Imediatamente formou-se um consenso em torno da ideia de que o circuito de caminhada da cidade deveria ser chamado “circuito do café”. Priscila, uma das técnicas responsáveis pelo setor de turismo rural na região, manifestou-se dizendo que não seria possível, pois Jardim Alegre, a cidade vizinha e também produtora de café, já havia postulado esse nome e enviado os dados para que a Anda Brasil registrasse o circuito junto ao calendário da Federação Internacional de esportes populares. A desmobilização foi visível, os técnicos presentes se dispersaram e alguns declinaram das responsabilidades que haviam assumido anteriormente. Naquele escritório, dirigido por extensionistas mais voltados à produção agrícola e inserido em um contexto em que o turismo rural dificilmente pode se afirmar como real alternativa de renda, a impossibilidade de propor um circuito no qual a atenção dos caminhantes fosse voltada à produção de café tornaria a atividade fora de contexto, incapaz de articular produtores, poder público e extensionistas.

No dia seguinte à reunião de Grandes Rios, acompanhei Ivaldete até Manoel Ribas, onde passaria o resto da semana participando da organização de uma caminhada que seria realizada nos próximos dias.

O convencimento para que as Caminhadas sejam realizadas

Embora a exploração turística da produção agrícola seja uma das possibilidades para o desenvolvimento de Manoel Ribas sugerida pela AMUVITUR, para os técnicos da EMATER as estratégias de turismo local deveriam privilegiar uma comunidade afastada da área de maior concentração rural da cidade onde há um Santuário de Nossa Senhora da Salete à beira do Rio Jacutinga. Esse santuário está situado na Comunidade de Barra Santa Salete¹⁹ que, com pouco mais de cem famílias, tem buscado alternativas para a geração de renda via turismo religioso. Para isso, os administradores locais têm realizado, nesse local, os maiores eventos da cidade, como a ExpoSalete – uma feira de agropecuária –, concursos de beleza e, desde 2008, as Caminhadas na Natureza.

Com características diversas, todos esses eventos convergem para os espaços e dinâmicas próprias do Santuário, cuja gestão conta com a participação de religiosos e também de uma comissão comunitária. A primeira caminhada no Vale do Ivaí aconteceu, justamente, na comunidade da Barra, começando e terminando no santuário. Nessa ocasião, como diversos produtores rurais narraram, havia muitas

¹⁹A formação dessa comunidade está relacionada com um esforço do governo paranaense durante a década de 1940 para colonizar a região central do Estado onde havia pouca produção e investimentos. A maior parte desses primeiros moradores era das regiões de colonização alemã de Santa Catarina e foi atraída pela oferta de terras e garantias de auxílio do Estado nos primeiros anos da instalação (PEREIRA, 2011).

incertezas envolvendo o evento, o número de participantes, a possibilidade de chuva e o interesse de alguém caminhar nas estradas rurais de uma comunidade afastada do centro. Assim, embora a comissão do Santuário tenha apoiado a atividade, apenas uma família se dispôs a preparar o almoço que seria servido aos caminhantes e a assumir os riscos das possíveis perdas econômicas que essa responsabilidade poderia implicar. O pároco do santuário, por exemplo, contrariava as expectativas da EMATER de 300 caminhantes dizendo que, para ele, se viessem 80 pessoas a caminhada teria sido um sucesso.

As histórias sobre os conflitos de expectativas na organização das caminhadas são recorrentes, principalmente entre os produtores encarregados de preparar o almoço servido no fim da atividade e o café da manhã na recepção dos caminhantes. O almoço, que normalmente é vendido por dez reais, é uma responsabilidade que se define conforme a disposição das comunidades onde acontecem as caminhadas. Em Ivaiporã, por exemplo, a comunidade como um todo encarregou-se da compra dos ingredientes, de sua preparação e venda; em Manoel Ribas tudo ficou a cargo de uma única família; em Lunardelli, uma associação que ajuda crianças carentes assumiu a tarefa.

Numa ocasião em que estava acompanhando a preparação de uma caminhada em Lunardelli, um guarda municipal perguntou a Ivaldete quem “bancava” tudo aquilo. Próxima de nós estava a presidente da APMI – associação encarregada da preparação do café da manhã e do almoço. Visivelmente apreensiva, ela dirigiu-se enfaticamente ao guarda: *“Quem banca tudo isso é a APMI e ninguém mais!”* Prontamente, Ivaldete se voltou para o guarda: *“Olha, nenhum município é obrigado a fazer nada. Quem paga é o MDA, que banca uma fortuna para cadastrar cada caminhada no calendário da Federação Internacional de Caminhadas. Porque todos precisam saber que essa caminhada é internacional”*.

O caráter internacional desses eventos, resultante da aplicação de alguns padrões de sinalização, formato do trajeto e inscrição no calendário internacional da federação de esportes populares, é referido constantemente tanto pelos organizadores e apoiadores da atividade como pelos caminhantes. Para alguns políticos locais, a caminhada é uma forma de inscrever os pequenos municípios do centro do Paraná numa dimensão internacional, de modo que, como ouvi um vereador de Jardim Alegre dizer, no calendário internacional de caminhadas *“a atividade de Berlim e de Manoel Ribas estão apresentadas do mesmo jeito”*. Essa dimensão do evento como translocal é o tempo todo reafirmada pelos próprios caminhantes que, diante de uma carteirinha escrita em francês que todos recebem no momento de inscrição na atividade, reconhecem a legitimidade de sua organização.

Os técnicos da EMATER também procuram lançar mão desse artifício da “internacionalidade” para apresentar o evento à comunidade que o receberá. Na ocasião em que Ivaldete pedia apoio ao prefeito de Lunardelli para a realização da caminhada, um de seus assessores disse: *“Mas não precisa de nada disso para andar. Isso aí é coisa de desocupado”*. O convencimento para o apoio, disse Ivaldete, se deu depois que *“conseguimos mostrar que pode ser coisa de desocupado, mas gera renda para o município e é internacional”*.

Produtores Rurais

Dois momentos são chaves para a preparação das caminhadas: a definição do trajeto pelo qual os caminhantes passarão e as duas semanas que antecedem o evento. Antes da definição do traçado da caminhada, técnicos da EMATER, secretários municipais e prefeitos da região se reúnem para determinar qual comunidade será beneficiada pelo evento. Uma vez definida a comunidade, realiza-se outra reunião com as mesmas pessoas, mas também com a presença dos produtores rurais dispostos a colaborar. Na maior parte das vezes, essa segunda reunião acontece na própria comunidade e serve, também, para esclarecer as dúvidas dos locais com relação à atividade. O impacto das caminhadas para a renda desses agricultores é bastante significativo. Nas seis caminhadas que acompanhei o número de caminhantes nunca foi menor do que 700, mesmo que em quase nenhuma dessas cidades a população passasse de 15 mil habitantes.

Para a EMATER, afirmou Mariana, a responsável pela organização da atividade em Manoel Ribas, *“a caminhada é importante não só por gerar renda não agrícola, mas, principalmente, para transformar a forma como o produtor vê sua comunidade”*. Para os produtores rurais, essa transformação – embora muitos técnicos procurem associá-la com a percepção de outros modos de geração de renda – está relacionada à produção de um engajamento distinto naquele contexto, a um outro modo de experimentá-lo enquanto paisagem. Nesse sentido, para Fátima, uma das produtoras rurais envolvidas na preparação do evento, a caminhada *“transformou o modo como minha família vê o lugar que mora. O pessoal da caminhada passa no meu sítio e fala ‘nossa, mas que lugar lindo, muito lindo esse lugar’. Mas aí a gente fica pensando: ‘O que eles veem de bonito nesse lugar que eu não vejo?’ Aí eu fico olhando... de certo que é bonito mesmo”*. Ivone, outra produtora rural, também narrou uma mudança em seu modo de observar sua propriedade: *“Na primeira caminhada, eu achava que ninguém ia dar valor para esse lugar, mas agora até eu olho diferente. A cachoeira eu nem ligava, sabia que tinha um rio correndo pra baixo, mas não dava reparo. Agora a gente fica até procurando uma árvore diferente, uma parte do rio mais bonita”*.

Embora haja um apelo ecológico na elaboração do trajeto da caminhada, que procura manter um traçado próximo “da natureza”, a maior parte dos percursos ocorre em vastos campos de plantações de milho, soja e trigo. Como afirmou Ivaldete: *“O que vai acontecer aqui não é uma caminhada ecológica, mas uma caminhada na natureza. Isso porque não é uma caminhada que só passa no meio do mato, mas que passa por propriedades rurais”*. Para os produtores rurais, o risco de permitir que mais de 700 caminhantes passem em suas plantações é compensado com a realização de obras pela prefeitura para melhorar as condições dos locais da caminhada. Edson, produtor rural de Grandes Rios e proprietário de um importante trecho do circuito, fez a seguinte afirmação sobre essa espécie de contrapartida que recebem da prefeitura:

Tinha um lugar aqui que era um atoleiro, eu não conseguia nem passar com o trator lá. Quando falaram que a caminhada ia passar aqui eu dei graças a Deus porque o pessoal da prefeitura veio e arrumou tudo. Agora vou poder passar com meu trator depois da caminhada. Ali na casa do Seu Pedro, a enchente tinha levado uma ponte fazia seis anos e eles sempre batendo na porta da prefeitura para pedir ajuda para arrumar, aí quando falaram da caminhada ele falou: “Ela tem que passar no meu sítio para o pessoal da prefeitura ajeitar minha ponte”. A gente concordou e aí a prefeitura arrumou a ponte. [Edson, produtor rural de Manoel Ribas]

A produção da paisagem rural como lugar turístico

A definição do trajeto também é preocupação para os técnicos da EMATER, não tanto por conta das possíveis melhorias nas propriedades por onde passará a caminhada, mas para que o percurso definido seja potencialmente explorável do ponto de vista turístico. Para a transformação dessas paisagens, os organizadores do evento precisam lançar mão de uma série de artifícios para tornar o lugar atrativo e desvinculado de certos aspectos do labor no campo. A exploração de lugares potencialmente turísticos, aponta Knafou (1991), implica uma espécie de subversão dos sentidos a eles atribuídos noutros momentos, assim: a plantação de amoras transforma-se em material pedagógico para os caminhantes; o tacho usado para fazer rapadura, que, conforme disse Seu Ivo, sempre fora escondido quando as visitas chegavam, passa a ser lugar privilegiado para fotos; o suco de laranja tomado nas tardes torna-se suco ecológico. O que parece estar em jogo, portanto, é a comercialização não apenas de certa paisagem ecológica, como também de um modo de vida relacionado a esse contexto. Instigante nessa associação entre determinados produtos rurais e o modo de vida de seus produtores é que a aura ecológica que recobre esses sujeitos e suas mercadorias, até certo momento, faz pouco sentido para os agricultores. A comercialização da paisagem e dos produtos rurais, nesse sentido, implica um processo de convencimento não exatamente dos produtores para os caminhantes, mas dos caminhantes para os produtores.

A articulação entre aquilo que é reconhecidamente ecológico e a dimensão econômica que media a experiência dessa paisagem e desses produtos mais próximos à natureza não está em alguma propriedade das coisas em si, mas, sim, nas condições sociais de sua produção. Assim, o sentido ecológico atribuído pelo consumidor aos produtos rurais tem um efeito sobre o modo como o produtor concebe aquele contexto.

No que se refere à transformação das paisagens das propriedades rurais em paisagens turísticas, os organizadores das caminhadas usam artifícios como a retirada das cercas ao longo do trajeto e o desvio de porteiras que marcam as fronteiras entre as fazendas, para que, evitando esses elementos característicos do campo como lugar de trabalho, a experiência daquele contexto se transforme. Ainda que o trajeto da caminhada de Ivaiporã, por exemplo, tenha passado por 12 propriedades,

as marcas concretas de suas fronteiras foram substituídas pelas diferenças experienciais das cores, cheiros e formas daquele espaço.

Embora todos os caminhantes compartilhassem o trajeto a ser percorrido, a experiência da caminhada e a atribuição de sentidos relacionados à prática mostraram-se, diversas vezes, distintas e mesmo contraditórias, como mostra este trecho do diário de campo:

Foi logo nos primeiros momentos de caminhada que percebi a quantidade de estudantes do ensino médio, inclusive de outras cidades. Esses estudantes – não sei se foram voluntariamente, ou não – pareciam estar em uma excursão, gritavam muito, um se esforçava mais do que o outro para se destacar. Após os primeiros metros na estrada rural, entramos em uma das únicas trilhas pela qual passaríamos. Na minha frente havia um casal e atrás uma turma de estudantes de um município vizinho. Na frente o homem falou para a mulher: “Nossa, olha como o ar aqui [na trilha, na natureza] é mais leve”, e atrás o estudante acendia um cigarro, mas foi reprimido por outro, que disse: “O pessoal vem para o mato caminhar e você fuma?” Eles quebraram alguns galhos de árvore, gritavam sem razão e eu fiquei “preso” entre o grupo sem poder ultrapassá-los enquanto estávamos na trilha. Lamentei a situação. Mas agora fico pensando se fazia, para aqueles estudantes, alguma diferença aquela atividade ser naquele ambiente. (Diário de Campo de 22 de agosto de 2010)

O que parece estar em jogo é não apenas uma negociação constante entre as expectativas dos caminhantes projetadas sobre a paisagem da caminhada, mas também uma disputa pela produção de uma educação da atenção capaz de direcionar o engajamento perceptivo dos sujeitos que habitam essa paisagem. Estas disputas entre aqueles que caminham e aqueles que promovem a caminhada, entre aqueles que promovem um lugar turístico e aqueles que, até então, relacionavam-se com ela unicamente como lugar de trabalho, põem em relação sentidos, temporalidades, modos de habitar distintos. Isto é, a experiência da natureza característica do ideário ecológico que passa a operar nessas paisagens não anula a relação produtiva que une os agricultores ao contexto material da terra em que produzem.

No dia da caminhada, em um trecho ainda no início do trajeto, conversei com Luiz, um caminhante de Ivaiporã, que disse: “Eu morei muitos anos no Interior, mas aí fiz Contabilidade e fui para a cidade e perdi o contato. Nossa, mas é muito legal vir aqui, lembrar de antigamente”. Embora os processos de contemplação de paisagens rurais como paisagens da natureza sejam bastante amplos entre os caminhantes, nem todos deixam de questionar a autenticidade da natureza dos circuitos que percorrem, como ouvi uma mulher comentar com as amigas enquanto atravessávamos uma plantação de milho: “Ué! Mas não era caminhada na natureza, cadê a natureza?”.

Além dos artifícios na própria paisagem capazes de estabelecer esse deslocamento no tipo de experimentação daquele contexto rural, a produção de uma “natureza autêntica” em um espaço de plantações se dá, também, pela suposta proximidade entre o modo de vida dos agricultores e certo ideal de cotidiano ecológico.

Isto é, para alguns caminhantes, o que torna aqueles trigais antes relacionados unicamente ao universo do trabalho no campo em uma paisagem possível de ser apreendida no registro da natureza não é uma qualidade daquele lugar em si, mas o modo de vida dos sujeitos no campo. Nesse contexto, a demonstração, oferta e venda de produtos e elementos capazes de remeter a esse cotidiano rural idealizado é fundamental para sua conversão em um cotidiano ecológico.

À guisa de conclusão: o idioma ambiental na produção e consumo de paisagens e bens

A inscrição na caminhada é gratuita, apenas o café da manhã e o almoço são cobrados, mas opcionais. Além dessas duas refeições, os caminhantes podem comprar, ao longo do trajeto, produtos feitos pelos próprios agricultores, como pães caseiros, geleias, mel, artesanato etc. Assim que se define o trajeto da caminhada, as pessoas da comunidade dividem-se em grupos e assumem responsabilidades na preparação desses produtos. Embora em nenhuma das caminhadas que eu acompanhei algum produtor rural tenha dito ter se decepcionado com o retorno financeiro dos produtos que colocou à disposição dos caminhantes, todos eles relataram que, à primeira vista, os organizadores do evento não conseguiram convencer muitas pessoas dos possíveis ganhos que poderia dar.

Na caminhada de Manoel Ribas, por exemplo, a desconfiança por parte da comunidade foi tanta de que ninguém se disporia a caminhar no meio de trigais, que a comunidade não quis assumir o risco de preparar o almoço para um número bastante incerto de caminhantes. Um casal, Ivone e Edson, decidiu assumir o risco naquela ocasião:

Eu achava que não ia vir muita gente, que não ia dar certo. Eu nunca tinha ouvido nem falar que existia essas Caminhadas na Natureza [...]. Tinha gente que tirava até sarro da gente: “Quer dizer que vai virar empresário!?” Tinha outros que diziam: “Pensa bem, quem que vai vir andar nesses morros?” E outros ainda falavam: “O Edson e a Ivone vão levar uma cabeçada, isso é uma fria”. Mas depois que eles viram que veio seiscentas pessoas para caminhar e que todo mundo almoçou, esses que criticavam começaram a querer, no outro ano, uma boquinha pra vender alguma coisa também. [Ivone, produtora rural de Manoel Ribas]

Ainda na caminhada de Manoel Ribas, Fátima, que organizou um grupo de mulheres para vender artesanato aos caminhantes, afirmou que poucos acreditaram que o investimento que estavam fazendo poderia render algo:

Antes da caminhada, a gente nunca tinha vendido nada. Nem tinha grupo de artesanato, mas aí, depois da caminhada, o pessoal se animou. Mas o problema é que elas [as artesãs] querem lucro e nem sempre dá, mas eu penso diferente: minha preocupação é mostrar o que a gente faz aqui. E o povo gosta de ver e a gente de mostrar o que sabe fazer. Na primeira caminhada, a gente entrou no escuro, porque você não sabe nada, não sabe quantos vêm. Aí meu marido

falou assim para mim: “Ó! A Mariana [técnica da EMATER] falou em 400 pessoas, mas se vier 50 vocês ainda têm que levantar as mãos para o céu! Onde que já se viu que vai vir 400 pessoas pra andar no meio do mato!”. [Fátima, Manoel Ribas, agosto de 2011]

A preparação do café da manhã, do almoço e dos outros produtos vendidos no dia da atividade é antecedida por uma oficina ministrada pelos técnicos da EMATER para orientar os produtores rurais com relação ao tipo de produto que deve ser oferecido. Em uma dessas oficinas, na cidade de Pitanga, Ivaldete perguntou aos produtores: “Gente, a caminhada será na próxima semana e eu queria saber o que é que vocês vão preparar”. Uma das produtoras locais se colocou de pé com uma folha na mão e começou a ler o cardápio: “A gente vai comprar duzentos pães tipo francês...”. Nesse momento Ivaldete interrompeu a produtora: “Pão francês? Gente, mas o povo vem querendo viver um pouco da vida de vocês aqui no campo, mais perto da natureza, e não para comer o que eles têm na cidade”. A produtora então diz: “A gente pensou que o pessoal não ia querer comer pão caseiro porque não estão acostumados, mas então a gente prepara o pão caseiro”.

A questão aqui é compreender que há determinados produtos e processos produtivos que garantem a autenticidade da relação entre o modo de vida dos produtores – e, por conseguinte, os objetos por eles produzidos – e um ideal de modo de habitar paisagens rurais, sustentado por certo ideário ecológico. Para informar os produtores de parte dessas expectativas e, assim, fazer a mediação com os caminhantes, os técnicos da EMATER precisam “conferir” os cardápios propostos pelos próprios agricultores para que não haja desvirtuamentos da imagem do rural legítimo.

Esse processo de produção de um produto ecológico chancelado por um modo de vida reconhecido como em maior equilíbrio e integração com a natureza tem seus efeitos no modo pelo qual os próprios produtores experimentam seu cotidiano e a paisagem que os cerca. Isto é, ao ser reconhecido como detentor de determinadas características caras ao ideário ecológico, os produtores rurais passam não apenas a incorporar esse ideário, como também a produzir novos sentidos sobre ele. Nesse sentido, se a expansão do ideário ecológico coloca em pauta uma espécie de novo processo civilizador, cuja produção de distinção se dá menos pela incorporação de hábitos da sociedade da corte e mais pela aquisição de hábitos ecológicos, a apreciação, significação e compra de determinados produtos também são parte desse processo. Assim, o consumo dos produtos rurais oferecidos nas caminhadas não apenas estabiliza aquilo que chamei de *idioma ambiental*, como também o expande para sujeitos, classes e lugares onde, até então, pouco reverberava.

O ato da compra de determinadas mercadorias legitimadas por sua relação com um modo de vida específico, embora seja mediado pelo sistema financeiro global, rompe, em certa medida, com a lógica da produção e consumo que sustenta o mercado mais amplo. Neste sentido, pode-se identificar uma espécie de mercado “fora da dinâmica de funcionamento do mercado”, por uma razão dupla. Por um lado, a possibilidade de estender o estilo de vida dos produtores aos produtos

eufemiza a alienação da mercadoria de seu contexto de produção na medida em que é o próprio elo do cotidiano desse com o produto que garante sua venda. Por outro lado, não apenas a dinâmica da produção confere sentido aos produtos comercializados, mas, conforme temos procurado destacar, os sentidos atribuídos aos produtos comercializados também produzem significado acerca do modo de vida dos produtores.

Assim, a expansão do ideário ecológico imprime em atividades como as Caminhadas na Natureza uma dinâmica de atribuição simbólica que constitui uma via de mão dupla em que o cotidiano dos produtores rurais legitima, para os caminhantes, o consumo de seus produtos, e os produtos, por sua vez, contribuem para que os produtores rurais descubram e se apropriem de determinados sentidos a eles atribuídos.

Saliente-se, ainda, que não apenas os produtos comercializados são envolvidos nesse jogo de produção de sentidos capazes de tornar determinados contextos e práticas mais ou menos ecológicos, mas também a paisagem passa por esse processo. Na preparação da caminhada de Ivaiporã, por exemplo, acompanhei Ivaldete em sua última “vistoria” dos preparativos da atividade que ocorreria no dia seguinte. A seguir tem-se um trecho de diário de campo em que narro parte dos preparativos dessa caminhada.

Paramos na propriedade de Seu Ivo, um dos principais pontos do trajeto. Essa fazenda que, noutros tempos, ocupava boa parte da comunidade Pindalvinha, atualmente está reduzida a alguns hectares de terra que já não produzem mais nada, apenas abrigam uma fábrica de móveis rústicos de madeira. Na década de 1980, Seu Ivo era um dos principais produtores da região. Em meados dos anos de 1990, no entanto, a fazenda recebeu uma multa de alto valor por problemas ambientais. Segundo os técnicos da EMATER, ocorreu que o Estado constatou a drenagem de um manancial na fazenda. Contudo, conforme o proprietário e outros agricultores, durante a ditadura militar brasileira os próprios órgãos federais e estaduais gratificavam os fazendeiros que aumentassem suas áreas de produção agrícola, mesmo que fosse à custa de danos ao meio ambiente. “Você acha que a gente tinha maquinário para secar o banhado?”, dizia a esposa do produtor. “Claro que não, foi a prefeitura que trouxe as bombas para fazer o trabalho.” Com a venda de uma parte significativa da fazenda a multa foi paga, mas a agricultura foi abandonada e um “Pesque e Pague” foi aberto. Sem fluxo de clientes, o negócio também fechou depois de algum período, deixando como marca, no lugar, dois grandes tanques de água. A fábrica de móveis artesanais da fazenda de Seu Ivo, junto com outras duas propriedades dedicadas ao mesmo tipo de produção localizadas nas proximidades, foi uma das motivações para que o trajeto da caminhada de Ivaiporã fosse chamado de “Circuito da Madeira”. Essa nomenclatura, além de valorizar as propriedades do percurso, remetia à identidade de agricultores da região que, inclusive, esperavam a oportunidade da caminhada para expor seus produtos e comercializá-los.

Seu Ivo, assim como outros agricultores, espalhou em sua fazenda placas em cada objeto que remetia à “vida no campo”, tais como “abelha jataí”, “alambique”, “monjolo”, “descascador de arroz”.

Enquanto eu e Ivaldete tirávamos algumas fotos do percurso da caminhada, encontramos uma produtora rural das proximidades que, durante o evento, venderia frutas em calda. Bastante apreensiva com a expectativa do número de caminhantes que viria, nos interpelou assim que reconheceu Ivaldete como uma das organizadoras da atividade: “Vocês acham que vai vir alguém?” Mesmo sabendo que já havia trezentas pessoas inscritas na caminhada, a resposta de Ivaldete não acalentou muito a agricultora: “Olha só para esse lugar!”, e a produtora olhou para o horizonte, na direção em que apontava o dedo indicador da técnica da EMATER – “Tem alguma dúvida de que o povo não vai querer ver isso aqui?”.

As atividades tecidas naquela paisagem por seus moradores são, sobretudo, tarefas relacionadas com a agricultura. A promoção de caminhadas naquele contexto, no entanto, implicou um tipo de engajamento distinto por parte dos próprios produtores rurais. Quando a agricultora nos perguntou sobre os caminhantes, apenas verbalizava a desconfiança generalizada sobre o interesse das pessoas em ir até a comunidade da Pindalvinha para caminhar. Como me disse um agricultor no dia seguinte ao evento:

Eu falava para minha mulher: “Mas não é possível que o pessoal vai sair de casa para andar. Se vierem – eu falei para ela – ainda é capaz de ficarem bravos porque o povo está dizendo que é caminhada na natureza, mas aqui não tem natureza. Eu pensava assim antes, mas aí quando vi mil pessoas, mil, pensa, caminhando aqui me dei conta que é natureza, sim. Meu filho falou: “A natureza está nos olhos de quem vê”. Agora vou dizer que minha roça fica na natureza. [Manoel, produtor rural de Ivaiporã, setembro de 2010]

Sáímos da região da fazenda de Seu Ivo e fomos em direção à casa de Daniela, onde a caminhada teria início. Junto a Daniela estavam outros técnicos da EMATER, empregados da fazenda e o secretário de Educação e pároco da cidade. Divididos em pequenos grupos, cada um se encarregava de tarefas como montagem das tendas, verificação das inscrições já realizadas, conferência dos carimbos que seriam usados.

A mim coube o trabalho de pendurar um pedaço de madeira em que estava talhado o oitavo mandamento da natureza: “*Diminuir o uso de materiais tóxicos, quer na limpeza do lar quer na agricultura*”. No caminho que percorri encontrei integrantes de um CTG (Centro de Tradições Gaúchas) que finalizavam os preparativos das atividades que fariam para divulgar o grupo para os caminhantes.

Ainda acompanharia Ivaldete na verificação dos últimos preparativos da comunidade responsável pela recepção dos caminhantes no ponto final do circuito onde também seria servido o almoço. Nesse local, enquanto alguns grupos se concentravam na limpeza do terreno, outros corriam para finalizar a construção de uma gruta que abrigaria uma imagem de Nossa Senhora de Fátima. Na preparação dos alimentos que seriam servidos no almoço do dia seguinte, as mulheres preparavam

porções de purê de mandioca, arroz e sobremesas, e os homens se dedicavam a assar 250 quilos de carne de porco e outros 200 de galinha caipira. Na parte externa da cozinha, três fornos eram ocupados por uma família de agricultores encarregados de preparar os pães. Depois de algum tempo conversando com eles e ajudando-os a colocar novas massas na fornalha, ouvi a mulher mais velha comentando com sua filha: “Será que não era melhor comprar uns pães na padaria? Vai que o povo não gosta do caseiro”.

REFERÊNCIAS

BARRETTO FILHO, Henyo T. **Da nação ao planeta através da Natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; TONIOL, Rodrigo. Ambientalização, cultura e educação: diálogos, traduções e inteligibilidades possíveis desde um estudo antropológico da educação ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, Rio Grande: Universidade Federal do Rio Grande, v. esp., p.28-39, set. 2010.

CHAVEZ, Fátima Almada. **A questão ambiental na esfera pública e a democracia no Paraguai**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.

GODOY, Ana. **Da imensidão selvagem às áreas protegidas**: inventando naturezas, criando lugares. 1999. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

GODOY, Ana. O modelo da natureza e a natureza do modelo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo: SEADE, v.14, n.4, p.129-138, out./dez. 2000.

KNAFOU, Rémy. L'invention du lieu touristique: la passation d'un contrat et le surgissement simultané d'un nouveau territoire. **Revue de Géographie Alpine**, Grenoble: Université de Grenoble, Institut de Géographie Alpine, v.79, n.4, p.11-19, 1991.

LOPES, José Sérgio Leite (Coord.). **A ambientalização dos conflitos sociais**: participação e controle público da poluição industrial. Rio de Janeiro: Relume-Dumaré, 2004.

PÁDUA, José Augusto. Natureza e projeto nacional: as origens da ecologia política no Brasil. In: PÁDUA, José Augusto (Org.). **Ecologia e política no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo : IUPERJ, 1987. p.11-62

PEREIRA, Marina Viana. **Rio Jacutinga como recurso turístico e ambiental no município de Manoel Ribas, Paraná**. 2011. Monografia (Especialização em Consultoria e Gestão Agroambiental) - Faculdade de Tecnologia do Vale do Ivaí, Ivaiporã-PR, 2011.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá (Org.). **Caminhos de santiago no Brasil**: interfaces entre turismo e religião. Rio de Janeiro: Contracapa, 2011.

STEIL, Carlos Alberto; CARNEIRO, Sandra de Sá. Peregrinação, turismo e nova era: Caminhos de Santiago de Compostela no Brasil. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião, v.28, n.1, p.105-124, jul. 2008.

STEIL, Carlos Alberto; TONIOL, Rodrigo. Ecologia, corpo e espiritualidade: uma etnografia das experiências de caminhada ecológica em um grupo de ecoturistas. **Cadernos do CRH**, Salvador: Fator, v.24, n.61, p.29-49, jan./abr. 2011.

TONIOL, Rodrigo. **No rastro das caminhadas**: etnografia de uma política de turismo rural no Vale do Ivaí, Paraná. 2012. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

TONIOL, Rodrigo. O caminho é aqui: um estudo antropológico da experiência do Caminho de Santiago de Compostela em uma associação de peregrinos do Rio Grande do Sul, Brasil. **PASOS**: Revista de Turismo y Patrimonio Cultural, Tenerife: Universidad de La Laguna, v.9, n.3, Special Issue, p.69-82, mayo 2011.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos Alberto. Ecologia, nova era e peregrinação: uma etnografia da experiência de caminhadas na Associação dos Amigos do Caminho de Santiago de Compostela do Rio Grande do Sul. **Debates do NER**, Porto Alegre: UFRGS, Núcleo de Estudos da Religião, n.17, p.97-120, jan./jun. 2010.